Demonstrações Financeiras

Associação FCA Saúde

31 de dezembro de 2021 com Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - ASSOCIAÇÃO FCA SAÚDE

Atividades Sociais

A FCA Saúde (Associação FCA Saúde) é uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve atividades de assistência suplementar à saúde por meio de planos, bem como ações necessárias à prevenção de doenças, promoção da saúde e tratamentos de seus beneficiários.

As atividades desenvolvidas visam ao interesse coletivo e ao bem-estar do seu público, composto por colaboradores de empresas do Grupos Stellantis (ex-FCA) e outras que integram o Supplier Park do Polo Automotivo Jeep, também incluídos os seus dependentes legais, o que permite à Associação assistir 30.020 pessoas (situação em 31/12/2021), distribuídas, em Pernambuco, na Região Metropolitana de Recife (principalmente em Recife, Jaboatão dos Guararapes e Paulista), e ainda no município de Goiana, além de João Pessoa, na Paraíba.

Os serviços de assistência à saúde são prestados por meio de Rede Própria de atendimento, com cinco Núcleos de Saúde, que oferecem serviços integrados de saúde, unidades de atendimento *in company* em algumas de suas empresas clientes, assim como uma Rede Credenciada composta por hospitais, clínicas e laboratórios à disposição dos beneficiários, mediante regulamento e cobertura do rol completo da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), além de Programas de Promoção da Saúde.

Destinação dos Resultados do Exercício

As atividades da Associação são suportadas por recursos oriundos de empresas do grupo Stellantis (ex-FCA), em Pernambuco, assim como de empresas que integram o Supplier Park do Polo Automotivo Jeep. O resultado apurado no final do exercício será transferido para o Patrimônio, após a aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho Curador, em conformidade com o Estatuto Social.

Aspectos Societários

A Associação FCA Saúde foi instituída em 13/06/2019, conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e é previsto pelo art. 34 da Lei 9656/98, e foi organizada sob a forma de associação sem fins lucrativos.

Perspectivas e investimentos

Em 2021, a Associação FCA Saúde teve sua marca e nome fantasia alterados para Stellantis Saúde, seguindo a lógica de criação do Grupo Stellantis, quarto maior grupo automotivo do mundo, fruto da fusão entre FCA e PSA, em todo o mundo, e mantenedor da empresa no Brasil.

Também esse ano, a Associação completou um ano do início de sua prestação de serviços aos beneficiários e beneficiárias, como operadora de saúde de autogestão, com produtos pautados no modelo de Atenção Primária à Saúde (APS), para assistência à saúde de empregados e seus respectivos dependentes legais das empresas Stellantis (ex-FCA) situadas em Pernambuco, bem como as organizações que integram o Supplier Park do Polo Automotivo Jeep.

No primeiro ano de operação, o resultado médio da pesquisa mensal aplicada aos beneficiários e beneficiárias, que utilizaram os Núcleos Stellantis Saúde, foi de 96% de satisfação, com o índice de 66% dos atendimentos totais realizados nessas unidades e milhares de atendimentos realizados via canal Olá Personal (comunicação via chat 24/7 com a Equipe de Saúde para esclarecimentos de dúvidas), com premissas de assistência focadas na melhor organização do cuidado, aumento da resolutividade e agilidade dos tratamentos, maior vínculo entre médico e paciente com uma relação contínua e de confiança, acessibilidade e redução de desperdícios.

Para aprimoramento do modelo de Atenção Primária à Saúde, foi realizada a sistematização do perfil epidemiológico da carteira de beneficiários e beneficiárias, melhoria dos protocolos de atendimento e das iniciativas de Promoção da Saúde e implantação do Núcleo de Segurança dos Pacientes na Rede Própria da Stellantis Saúde.

Ainda, de acordo com a autorização do Conselho Federal de Medicina (CFM), a Stellantis Saúde implantou a telemedicina (consultas online) nas especialidades de Medicina de Família e Comunidade, Ginecologia, Pediatria, Psicologia e Nutrição, oferecendo atendimento híbrido (remoto e presencial).

Com a constituição de um modelo ainda mais sustentável para o seu negócio e que oferece melhor qualidade da oferta assistencial a seus beneficiários, com foco no indivíduo e não na doença - isto é, trazendo uma condução preventiva e atenção integral, a Stellantis Saúde investiu em iniciativas de educação em saúde, com campanhas de sensibilização e incentivo à prevenção de doenças, adoção de hábitos saudáveis e busca pelo bem-estar para seus beneficiários, com foco em uma transformação cultural contínua, em prol de um modelo que preza por um cuidado mais consistente e assertivo com a saúde, bem como a utilização adequada do plano.

Relativo aos canais de relacionamento de sua operadora de saúde, foi implantado o chatbot "Fale com a Stella", assistente virtual da Stellantis Saúde, como mais uma mídia, dentro do aplicativo, para esclarecimentos de dúvidas e obtenção de informações sobre os produtos e serviços oferecidos aos beneficiários e beneficiárias.

Visando aperfeiçoar seus processos, foi implantada uma área de Qualidade, com melhorias na Gestão de Dados, no monitoramento de KPIs e na gestão de cumprimento regulatório (Governança). Além disso, foi realizada nova padronização dos processos de Regulação, Compras, Gestão de Contratos e Contabilidade, assim como a troca do parque de equipamentos de ICT.

Para 2022, os rumos da empresa estão voltados à otimização constante de seus processos, mediante planejamento estratégico traçado e melhoria contínua dos seus produtos e serviços.

Recursos Humanos

A Associação FCA Saúde conta com 99 colaboradores diretos (situação em 31/12/2021), sendo 59 com funções assistenciais relativas aos serviços de saúde oferecidos em nossas unidades próprias de atendimento.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os parceiros envolvidos nas atividades da Associação - Empresas do grupo Stellantis (ex-FCA), situadas em Pernambuco, e companhias do Supplier Park do Polo Automotivo Jeep, fornecedores, Rede Credenciada, empregados e empregadas, comunidade e demais parceiros pelo comprometimento e excelência de suas ações.

Somos gratos a todas as empresas mantenedoras e beneficiários e beneficiárias que confiam na Associação, para a oferta de produtos e serviços em saúde. Renovamos o nosso compromisso de continuar trabalhando pela inovação e busca de melhores práticas para a nossa atuação.

Recife, 30 de março de 2022 Diretoria

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa - método direto	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Edifício Phelps Offices Towers Rua Antônio de Albuquerque, 156 11º andar - Savassi 30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil Tel: +55 31 3232-2100 Fax: +55 31 3232-2106

Fax: +55 31 323 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da **Associação FCA Saúde** Betim - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação FCA Saúde ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação FCA Saúde em 31 de dezembro de 2021 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Associação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Edifício Phelps Offices Towers Rua Antônio de Albuquerque, 156 11° andar - Savassi 30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil Tel: +55 31 3232-2100

Fax: +55 31 3232-2100 ev.com.br

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de março de 2022.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Bruno Costa Oliveira

Contador CRC-1BA031359/O-8

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		15.936	7.911
Disponível	4	276	234
Realizável	7	15.660	7.677
Aplicações financeiras	5	7.001	1.603
Aplicações livres		7.001	1.603
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		1.420	70
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com	6	1.420	70
plano de saúde da operadora		323	926
Bens e títulos a receber	7	6.898	5.073
Despesas antecipadas		18	5
Não circulante		4.544	5.381
Imobilizado	8	4.544	5.381
Imobilizado de uso próprio		3.102	3.569
Imobilizado - não hospitalares/odontológicos		3.102	3.569
Outras imobilizações		1.442	1.812
Total do ativo	- =	20.480	13.292
Passivo			
Circulante	_	14.735	6.640
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços	9	6.704	1.782
assistenciais		6.704	1.782
Debito com operações de assistência à saúde		2.674	72
Operadoras de planos de assistência à saúde Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas	10	2.674	72
com plano de saúde da operadora		357	9
Tributos e encargos sociais a recolher		372	222
Débitos diversos	11	4.628	4.555
Patrimônio líquido		5.745	6.652
Patrimônio social	12	600	600
Reservas		8.330	8.330
Reservas patrimoniais		8.330	8.330
Déficit acumulado		(3.185)	(2.278)
Total do passivo e patrimônio líquido	-	20.480	13.292

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

<u>-</u>	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	13	58.237	9.657
Receitas com operações de assistência à saúde	10	58.237	9.657
Contraprestações líquidas		58.237	9.657
Eventos indenizáveis líquidos	13/16	(57.926)	(7.993)
Eventos conhecidos ou avisados		(57.926)	(7.993)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	-	311	1.664
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de			
saúde da operadora	14	16.685	8.387
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		2.304	618
Receitas com operações de assistência odontológica		3.830	2.665
Outras receitas operacionais		10.551	5.104
Outras despesas operações de assistência à saúde não relacionadas			
com planos de saúde da operadora	15/16	(6.084)	(3.154)
Outras despesas operacionais com planos de assistência a saúde da operadora		(14)	-
Resultado bruto	-	10.898	6.897
Despesas administrativas	16	(11.693)	(9.330)
Resultado financeiro líquido		(130)	68
Receitas financeiras	17	128	109
Despesas financeiras	17	(258)	(41)
Resultado patrimonial	16	18	-
Receitas patrimoniais		-	-
Despesas patrimoniais		18	-
Resultado antes dos impostos e participações	_	(907)	(2.365)
Resultado líquido	=	(907)	(2.365)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido		(907)	(2.365)
Resultados abrangentes do exercício		(907)	(2.365)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

		Rese		
	Patrimônio social	Reservas patrimoniais	Superávit/ (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	600	8.330	87	9.017
Resultado líquido	-	-	(2.365)	(2.365)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	600	8.330	(2.278)	6.652
Resultado líquido	-	-	(907)	(907)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	600	8.330	(3.185)	5.745

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos de saúde	89.953	12.919
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	123	108
(+) Outros recebimentos operacionais	23	1
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(76.520)	(10.750)
(-) Pagamento de pessoal	(4.407)	(2.676)
(-) Pagamento de aluguel	(3.020)	(1.976)
(-) Pagamento de tributos	(625)	(73)
(-) Outros pagamentos operacionais	(48)	(17)
Caixa líquido das atividades operacionais	5.479	(2.464)
Atividades de investimentos		
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(39)	(4.005)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(39)	(4.005)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	5.440	(6.469)
No início do exercício	1.837	8.306
No fim do exercício	7.277	1.837
A . ! !!		
Ativos livres Ativos livres no início do exercício	1.837	8.306
	1.837 7.277	8.306 1.837

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Associação FCA Saúde (denominada "Associação") é uma associação de fins não econômicos, constituída em 13 de junho de 2019, e tem como associadas instituidoras a FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda. e a FCA Fiat Chrysler Participações Brasil Ltda. Constitui objeto social e finalidade essencial da Associação a assistência suplementar à saúde, especialmente através da operação de planos privados de assistência à saúde, bem como, as ações necessárias à prevenção de doenças e a recuperação, manutenção e reabilitação da saúde de seus beneficiários. A matriz da Associação está localizada no município de Betim, no Estado de Minas Gerais e sua sede administrativa e filiais operativas estão localizadas nos municípios de Recife, Jaboatão de Guararapes, Paulista e Goiana no estado de Pernambuco e em João Pessoa no estado da Paraíba.

A Associação concede benefícios de assistência médica, hospitalar, odontológica e de medicamentos aos colaboradores das empresas associadas. Tais benefícios e serviços prestados são cobrados das mantenedoras e das empresas conveniadas por valores equivalentes aos custos incorridos pela Associação.

O patrimônio social da Associação é constituído por recursos financeiros recebidos, destinados à sua constituição para início da operação. Todo o superávit obtido pela Associação é aplicado na manutenção de suas finalidades, conforme previsto em sua escritura pública.

Em 16 de janeiro de 2021 foi concluída a fusão entre os grupos automotivos Fiat Chrysler Automobiles (FCA) e Groupe PSA dando origem à Grupo Stellantis.

É entendimento da administração desta Associação, considerando suas atividades desenvolvidas, bem como baseado na opinião dos seus consultores jurídicos que a Associação:

- É Isenta de IRPJ/CSLL conforme a lei 9.532/97, em seu artigo 15;
- A COFINS é isenta somente em relação as receitas de sua atividade própria (inciso X da MP 2.158-35);
- Suas atividades não são sujeitas ao ISS;
- Está obrigada ao recolhimento do PIS com base na folha de pagamento de salários dos empregados e também
- IRRF sobre aplicações financeiras das associações.

A administração entende, também, que a Associação vem cumprindo todos os dispositivos da legislação aplicável a entidades sem fins lucrativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Situação COVID-19

Durante o primeiro semestre de 2020, o vírus COVID-19 se espalhou pelo mundo e foi declarado pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. Em resposta, muitos governos impuseram proibições de viagens, quarentenas e outras medidas emergenciais de saúde e segurança pública. Em alguns casos, medidas drásticas foram tomadas com restrições à atividade econômica de alguns setores. Até o final do exercício contábil, em 31 de dezembro de 2021, muitas dessas medidas ainda estavam em vigor.

A liderança do Grupo Stellantis tomou medidas para proteger os funcionários e comunidades, bem como fortalecer a posição financeira e limitar o impacto nas operações da Sociedade. O Grupo trabalhou em estreita colaboração com todas as partes interessadas relevantes, incluindo governo, fornecedores, sindicatos e representantes de concessionárias, para desenvolver e implementar planos para reiniciar a produção e venda de seus produtos, incluindo o desenvolvimento de procedimentos aprimorados de sanitização, saúde e segurança. Ao final de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma melhora nas atividades econômicas.

Para garantir a liquidez da posição financeira do Grupo Stellantis, foram tomadas medidas para reduzir as saídas de caixa e preservar a continuidade dos negócios, bem como a manutenção das operações da entidade Associação, da qual o Grupo é o principal mantenedor.

A Associação manteve suas operações na íntegra, ao longo do ano de 2021, atuando ininterruptamente com o funcionamento de seus Núcleos de Saúde, com adoção dos protocolos preconizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para a prevenção à Covid-19 e proteção aos seus empregados e beneficiários

Na Associação, as operações foram mantidas, na íntegra, ao longo do ano de 2021. A Associação atuou ininterruptamente com o funcionamento de seus Núcleos de Saúde com adoção dos protocolos preconizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para a prevenção à Covid-19 e proteção aos seus empregados e beneficiários, Mantendo também a operação dos dois hospitais de campanha criado em 2020, pelo Grupo Stellatins, como objetivo de apoiar a comunidade, perto das fábricas de Betim - MG e Goiana - PE, produção de protetores faciais, suporte e engenharia de frota de veículos, assim como fabricação e manutenção de ventiladores pulmonares, dentre outras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Situação COVID-19--Continuação

Em função da volatilidade e incertezas a respeito do período de duração e potenciais impactos causados pela pandemia, a Administração continua monitorando a situação e avaliando continuamente os impactos nas premissas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que compreendem a legislação societária, as orientações, interpretações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quando referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Associação na sua gestão.

Base de elaboração

A escrituração contábil segue os critérios estabelecidos pela ITG 2002 R1 - Entidade sem finalidade de lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações financeiras, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas da entidade sem finalidade de lucros, em conformidade com a Resolução Normativa 472 de 09 de setembro de 2021, que dispõe sobre o plano de contas padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Associação em 30 de março de 2022.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que corresponde à moeda funcional e de apresentação da Associação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2021

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Associação, estão descritas a seguir. A Associação pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 (CPC 50) aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 15 (CPC 47) na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17 e CPC 50. Essa norma não se aplica à Associação.

Alterações ao IAS 1 (CPC 26): Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

<u>Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2021-</u> Continuação

Alterações ao IAS 1 (CPC 26): Classificação de passivos como circulante ou não circulante-Continuação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Associação avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se serão aplicáveis ao Plano de conta da ANS.

Alterações ao IAS 8 (CPC 23): Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Associação.

Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.

As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement* 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

<u>Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2021-</u> Continuação

Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis--Continuação

A Associação está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Associação aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Associação decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Associação.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

<u>Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 202</u>--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021--Continuação

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Associação.

Normas vigentes não homologadas pela ANS no exercício base

A partir de 01/01/2022, em conformidade com as normas regulatórias da ANS por meio da RN 472/2021 entrará em vigor o novo Plano de Contas Padrão para as operadoras com a adoção dos pronunciamentos já emitidos, mas ainda não adotados até a data de emissão das demonstrações financeiras da Associação. São eles:

IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Associação não espera ter impactos relevantes quando da adoção da nova norma.

IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes

Essa norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 (CPC17) - Contratos de Construção, IAS 18 (CPC 30) - Receitas e correspondentes interpretações.

A Associação não espera ter impactos relevantes quando da adoção da nova norma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Normas vigentes não homologadas pela ANS no exercício base--Continuação

IFRS 16 (CPC 06) - Arrendamentos

Com essa norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 (CPC 06) entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 (CPC 06) - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações.

A norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Associação tem em aberto. No entanto, a administração ainda não avaliou os impactos, se houver, necessários. Por conseguinte, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado da Associação e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

Conforme publicação do órgão regulador RN 472/2022 este CPC passará a vigorar a partir do exercício de 2022.

Políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas são como seque:

2.1. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são avaliados no momento inicial pelo valor presente.

2.2. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida, ao valor justo através de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial ou ao valor justo por meio do resultado, conforme a situação. A Associação determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.2. Ativos financeiros--Continuação

Os ativos financeiros da Associação incluem aplicações livres, créditos de operações e bens e títulos a receber.

A Associação avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

Os ativos financeiros da Associação estão apresentados na Nota Explicativa nº 19.

2.3. Passivos financeiros

A Associação determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Estes devem ser classificados, no reconhecimento inicial ao valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, dependendo da sua natureza.

Os passivos financeiros da Associação incluem provisões técnicas, débitos com operações e débitos diversos. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Os passivos financeiros da Associação estão apresentados na Nota Explicativa nº 19.

2.4. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear e a sua vida útil estimada para os exercícios de 2021 e 2020, em anos, é:

	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de escritório	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 a 10
Outras Imobilizações	6

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.4. Imobilizado--Continuação

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções realizados nos ativos imobilizados são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.5. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.6. Reconhecimento de receita

As receitas de doações e contribuições para custeio são reconhecidas quando da emissão de nota de empenho ou da comunicação dos doadores, conforme o caso, sendo apropriadas, em bases mensais, de acordo com os períodos a serem beneficiados, quando estes forem identificáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.7. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde

As despesas não relacionadas ao plano de saúde referem-se a benefícios concedidos aos colaboradores do Grupo Stellantis e fornecedores dentro do seu complexo industrial, dentre eles se destaca o benefício farmácia, o qual concede um subsídio de 50% sobre medicamentos prescritos adquiridos por funcionários e seus dependentes registrados nos planos.

2.8. Apurações do superavit (déficit) do exercício

As despesas e receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Todas as despesas relacionadas com as contribuições para os projetos e programas, incorridas e registradas, são previamente aprovadas pelos órgãos da administração.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Associação, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período que estas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Associação e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos, a Associação avalia ao fim de cada exercício se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, por meio de indicadores externos e internos. Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa e o montante é reconhecido imediatamente no resultado. O cálculo do valor recuperável exige que a administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Durante o exercício corrente, a Associação julgou não haver evidências de desvalorização que possa comprometer o valor registrado dos seus ativos e, por este motivo, não foi reconhecida nenhuma provisão para redução ao valor recuperável sobre os ativos.

ii) Vida útil dos bens do imobilizado

A Associação revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes.

iii) Provisões para riscos

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Associação até o momento não constituiu provisão para risco. A Associação é parte em outros processos para os quais a administração, com base na avaliação de seus assessores legais não constitui provisões para riscos. Em 31 de dezembro de 2021, os processos cuja expectativa de perda é considerada possível totalizam R\$73.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

iv) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A Associação está dispensada da avaliação atuarial da provisão técnica de operações de assistência à saúde, uma vez que esta possui apenas planos na modalidade de pós pagamento. Nessa modalidade, o beneficiário paga somente pelo serviço médico recebido, não havendo pagamentos antecipados por conta de futuros atendimento médicos.

Pelo mesmo motivo, a Associação está desobrigada da constituição da provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA).

As provisões são constituídas para pagamentos de eventos já incorridos relacionados à assistência médica, hospitalar e odontológica, cujos respectivos documentos fiscais de faturamento ainda não haviam sido recebidos até a data do balanço.

4. Disponível

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	276	234
	276	234

5. Aplicações financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações livres (i)	7.001	1.603
·	7.001	1.603

⁽i) As aplicações financeiras livres são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se, a recursos aplicados em CDBs (Certificados de Depósito Bancário), com variação próxima de 97% do CDI em 2021 e 2020, que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros.

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	31/12/2021	31/12/2020
Contraprestação pecuniária de prêmios a receber (i)	1.420	70
	1.420	70

⁽i) Referem-se a reembolso dos gastos com assistência médica que são cobrados das empresas mantenedoras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

7. Bens e títulos a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos a receber - outras atividades (i) Adiantamentos	6.828 70	5.059 14
	6.898	5.073

⁽i) Referem-se ao reembolso de gastos administrativos, relacionados a manutenção da estrutura, que são cobrados das empresas mantenedoras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

8. Imobilizado

A movimentação do imobilizado é demonstrada a seguir:

2021		Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de escritório	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custos						
Saldo em 31/12/2020		1.278	1.075	1.297	1.854	5.504
Adições		4	2	27	6	39
Saldo em 31/12/2021		1.282	1.077	1.324	1.860	5.543
Depreciação						
Saldo em 31/12/2020		(21)	(17)	(43)	(42)	(123)
Adições		(128)	(108)	(264)	(376)	(876)
Saldo em 31/12/2021		(149)	(125)	(307)	(418)	(999)
Valor residual em 31/12/2021		1.133	952	1.017	1.442	4.544
Imobilizado - não hospitalares/odontológico						3.102
Outras imobilizações						1.442
2020	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de escritório	Benfeitorias em imóveis de terceiros	lmobilizações em curso	Total
Custos						
Saldo em 31/12/2019	_	-	_	-	1.999	1.999
Adições	876	1.075	1.297	757	-	4.005
Reclassificações	402	-	-	1.097	(1.499)	-
Baixas	-	-	-	-	(500)	(500)
Saldo em 31/12/2020	1.278	1.075	1.297	1.854	-	5.504
Depreciação						
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-	-	-
Adições	(21)	(17)	(43)	(42)	-	(123)
Saldo em 31/12/2020	(21)	(17)	(43)	(42)	-	(123)
Valor residual em 31/12/2020	1.257	1.058	1.254	1.812	-	5.381
Imobilizado - não hospitalares/odontológico						

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

9. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços Assistenciais (i)	6.704	1.782
Assistericiais (I)	0.704	1.702
	6.704	1.782

⁽i) Refere-se ao montante de eventos/sinistros já ocorridos e avisados.

A operadora não mantém ativos garantidores em aplicações financeiras em contas específicas.

10. Débito com operações de assistência à saúde

	31/12/2021	31/12/2020
Operações de planos de assistência à saúde (i)	2.674	72
	2.674	72

⁽ii) Referem-se a contratos de parceria mantidos junto a UNIMED em Pernambuco.

11. Débitos diversos

	31/12/2021	31/12/2020
Débitos de bens e serviços	1.962	3.813
Salários	14	-
Provisões folha	576	497
Aluguéis a pagar	151	87
Provisão farmácias credenciadas	134	92
Custo com prestação serviço Fundação Fiat Saúde e Bem-Estar	1.791	66
	4.628	4.555

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio social da Associação é constituído de todos os bens relacionados na escritura pública de constituição e pelos bens que está vier a possuir sob as formas de doações, legados ou aquisições, livres e desembaraçados de quaisquer ônus.

Em caso de extinção da Associação, o patrimônio social será destinado a uma entidade beneficente, filantrópica ou de assistência social, inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social, a ser escolhido pelo Conselho Curador da Associação.

Reservas

Referem-se à recursos recebidos das empresas mantenedoras que são destinadas, para investimentos em ativos fixos e atividades afins.

13. Receitas com operações de assistência à saúde e eventos indenizáveis líquidos retidos

	31/12/2021	31/12/2020
Contraprestações líquidas	58.237	9.657
	58.237	9.657
Eventos a liquidar médicos	(38.856)	(695)
Rede própria	(19.070)	(7.298)
Eventos conhecidos ou avisados	(57.926)	(7.993)

14. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	2.304	618
Receitas com operações de assistência odontológica	3.830	2.665
Outras receitas operacionais (i)	10.551	5.104
	16.685	8.387

⁽i) Refere-se a rateio das despesas administrativas relacionadas a aluguéis, condomínios, despesas com pessoal administrativo e demais despesas relacionadas à manutenção da estrutura que são rateadas entre as empresas mantenedoras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

15. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com operações de assistência médico-hospitalar Despesas com operações de assistência odontológica Outras recuperações de despesas	(2.304) (3.830) 36	(618) (2.665) 129
O dilad 100aporagodo do doopoddo	(6.098)	(3.154)

16. Informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado

_	31/12/2021	31/12/2020
Despesa saúde	(40.123)	(695)
Despesas água, luz e telefone	(523)	(86)
Despesas com aluguéis e estrutura	(3.810)	(3.443)
Despesas com assistência farmacêutica	(1.415)	(894)
Despesas com assistência odontológica	(3.780)	(2.643)
Despesas com assistência social	(419)	(416)
Despesas com empregados	(6.065)	(4.069)
Despesas material ambulatorial	(177)	(238)
Impostos, taxas e encargos	(2.214)	(1.506)
Depreciações/amortizações	(877)	(126)
Intercâmbio	(90)	-
Outras despesas com saúde	(63)	(34)
Recuperação de outras despesas	708	439
Outros custos e despesas	(331)	(686)
Serviços a terceiros	(14.349)	(5.606)
Despesas compartilhada Fundação Fiat Saúde e Bem-Estar	(2.171)	(474)
	(75.699)	(20.477)
Frants indepingues Kanidas (estidas	(FZ 00C)	(7,000)
Eventos indenizáveis líquidos/retidos	(57.926)	(7.993)
Outras despesas operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de	(0.000)	(0.454)
saúde da operadora	(6.098)	(3.154)
Despesas administrativas	(11.693)	(9.330)
Resultado patrimonial	18	-
-	(75.699)	(20.477)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

17. Resultado financeiro líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras	400	400
Receita de aplicação financeira	123	109
Outras receitas	5	•
	128	109
Despesas financeiras Juros sobre débitos diversos Despesas bancárias Outras despesas	(172) (69) (17) (258)	(8) (1) (32) (41)
Resultado financeiro, líquido	(130)	68

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos

Gestão de risco financeiro

As atividades da Associação a expõem a riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Associação são expostos a seguir:

As atividades da Associação a expõem a riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez.

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Associação são expostos a seguir:

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, bem como de exposições de crédito, incluindo títulos e créditos a receber das entidades mantenedoras, ou seja, decorrem de a possibilidade da Associação sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Associação acompanha rigorosamente os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Associação não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Associação é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para atender às suas necessidades operacionais.

Instrumentos financeiros

A Associação realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar seus recursos, bem como reduzir sua exposição a riscos de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento das posições, desempenhadas por membros de sua gerência financeira que tem como objetivo centralizar as atividades financeiras e obter vantagens competitivas no relacionamento com instituições financeiras.

Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Disponível	276	234
Aplicações livres	7.001	1.603
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	1.420	70
Créditos de oper. assistência à saúde não relacionados com plano de saúde		
da operadora	323	926
Bens e títulos a receber	6.898	5.073
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	496	606
Débito com operações de assistência à saúde	2.674	-
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com plano		
de saúde da operadora	6	5
Débitos diversos	1.730	3.164

A Associação não aplica em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos seus valores contábeis, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

19. Cobertura de seguros

Os principais contratos de seguro vigentes em 31 de dezembro de 2021 destinam-se à cobertura para fenômenos naturais e riscos diversos sobre o ativo imobilizado, especialmente para sede administrativa e centros de saúde com o valor em risco de R\$77.088.

Diretoria

Massinho Carvalho (Diretora-Presidente) Cristiane de Oliveira Roque Paixão (Diretora) Márcio de Lima Leite (Diretor)

Conselho curador

Antônio Filosa (Conselheiro - Presidente) Massinho Carvalho (Conselheiro) Carlos Henrique Kitagawa (Conselheiro)

Conselho fiscal

Carlos Henrique Kitagawa (Conselheiro) Gustavo dos Santos Nunan (Conselheiro) Plínio Trópia Barreto (Conselheiro)

Controller

Ernani Miranda de Souza (Controller)

Responsável técnico

Regina Célia dos Santos Werneck Monteiro Contadora CRC-MG074846/O-8